



PRESIDENTE DO BC DIZ QUE
MERCADO EXIGE JURO ALTO
POR CAUSA DO DÉFICIT

Franco quer segurar verba do Tesouro

Flávio Ilha

Da equipe do **Correio**
com agências

O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, defendeu ontem a volta do controle "na boca do caixa" das verbas orçamentárias destinadas aos ministérios. Para ele, essa seria uma forma de ajudar a melhorar o desempenho das contas públicas. Franco acha que o déficit fiscal é hoje o principal elemento de instabilidade da economia e, na magnitude em que se encontra, está criando dificuldades para a queda dos juros. "Estamos chegando ao limite."

Na terça-feira, pela segunda vez consecutiva, o Tesouro Nacional não conseguiu vender títulos pois o mercado exige taxas mais elevadas do que o governo está disposto a pagar. "A TBC está em 21,75%, mas o mercado trabalha com 26% para os papéis públicos", explicou. "Como o aplicador sabe que o governo precisa de R\$ 60 bilhões, exige um prêmio adicional para emprestar o dinheiro."

A análise de Franco significa que governo finalmente admite que gasta muito, e mal. A solução para o problema passa por uma redução duradoura da conta negativa do Tesouro Nacional, que este ano deve fechar em 6% do Produto Interno Bruto (PIB). Algo em torno dos US\$ 48 bilhões. "Para reduzir os juros, precisamos atacar o problema fiscal", ponderou o presidente do BC. "O governo não pode forçar uma situação (a queda da taxa básica de juros) quando a questão fiscal não é favorável", avisou.

Franco não tira a razão do mercado. "Quem achou que o governo poderia reduzir os juros por decreto pode verificar agora que a realidade é bem outra", disse. "Hoje quem define os juros é o Tesouro Nacional." Com a recusa do mercado em absorver os papéis públicos, a dívida mobiliária (em títulos) que vence está sendo rolada (renegociada) diariamente em operações de *overnight*, com uma rentabilidade que não satisfaz aos aplicadores.

O presidente do BC rechaçou o argumento de alguns especialistas de que o déficit está sendo alimentado principalmente pelo pagamento de juros das dívidas públicas. "É evidente que a elevação dos juros provocou um aumento dessas despesas, mas dizer que o déficit decorre do gasto com juros não tem cabimento."

Franco procurou tranquilizar o mercado no início da tarde. "Em momentos de ansiedade, às vezes sem um conteúdo real, é importante manter a serenidade e olhar para os fundamentos da economia brasileira", disse, referindo-se ao fato de a situação econômica do país ser mais confortável do que Rússia e Coréia do Sul.

Segundo ele, o Brasil está mais preparado para enfrentar dificuldades monetárias conjunturais. Enquanto o País tem reservas cambiais próximas dos US\$ 70 bilhões, o montante acumulado pela Rússia — fundamental para defender a moeda de um ataque especulativo — não passa dos US\$ 15 bilhões.

Pela manhã, numa entrevista no Palácio da Alvorada, o presidente Fernando Henrique Cardoso também procurou acalmar os operadores. "Nós vamos continuar lutando contra o déficit fiscal", disse ele. Ao contrário do que pensa Fernando Henrique, Franco argumentou que o rombo nas contas da Previdência Social não é o único responsável pela piora do déficit público este ano. "Houve um aumento generalizado dos gastos", afirmou, numa referência ao crescimento das despesas de custeio e investimentos de todos os ministérios. Ele disse estar preocu-

pado com o retorno de uma prática muito comum no passado: os ministérios gastarem primeiro com o supérfluo e deixarem por último as despesas essenciais.

Há uma máxima na administração pública que diz que nunca faltará dinheiro para o essencial. Por isso, o presidente do BC defende o controle "na boca do caixa" dos recursos liberados pelo Tesouro Nacional para evitar este tipo de manobra. "É preciso que volte aquele espírito do Murilo Portugal", afirmou, numa referência ao ex-secretário do Tesouro no governo Itamar Franco e início do governo Fernando Henrique Cardoso, que ficou famoso pela mão-de-ferro com que controlava a saída do dinheiro dos cofres públicos.

No meio da tarde, o diretor da Área Internacional do BC, Demóstenes Madureira, liberou uma informação com o objetivo de tranquilizar ainda mais mercado: as reservas cambiais estão cerca de US\$ 15 bilhões acima do nível considerado adequado pela equipe econômica para enfrentar turbulências de mercado. Demóstenes disse que a flutuação das bolsas de valores é absolutamente normal e tem origem externa.

Segundo o diretor, o capital especulativo que circulava nas bolsas do país saiu do mercado em outubro de 1997, na esteira da crise deflagrada pelas dificuldades do Sudeste Asiático. "Agora as reservas estão qualitativa e quantitativamente melhores." As próximas saídas de capital de curto prazo, segundo ele, somente ocorrerão entre agosto e setembro.

O mercado reagiu bem ao discurso governamental. O economista Paulo Malmann, analista do BIC Banco, disse que a questão das contas públicas preocupa apenas no

curto prazo. Para ele, as reformas possíveis na área previdenciária vão reverter o déficit primário no ano que vem. O déficit primário subtrai das contas públicas os dispêndios com o pagamento de juros das dívi-

das de todos os setores da União.

Segundo Malmann, não há possibilidade de um novo choque fiscal para conter o aumento do déficit. "Qualquer medida agora não teria nenhum efeito prático", sustentou. Para ele, a estratégia do governo será manter a aposta em reformas importantes para o ano que vem, como as novas regras tributárias.

Além disso, afirma, os investidores sabem que o Brasil tem uma posição mais sólida que outros países emergentes em crise. "Somos o único país emergente que remeteu US\$ 6 bilhões ao exterior em lucros e dividendos no ano passado", disse.

O analista do Banco Fenícia, Fábio Pina, tem a mesma opinião. "Não há como elevar a arrecadação nem como cortar gastos nesta altura dos acontecimentos", disse, descartando a possibilidade de um choque fiscal. A atuação do governo, argumenta, teve um papel preponderante na recuperação do mercado de ações durante a tarde de ontem. Ao comprar papéis da Telebrás, por exemplo, o governo derrubou a cotação a níveis muito baixos e aticou o ânimo dos operadores.

Apesar de não crer em novo choque fiscal, Pina acredita na possibilidade de uma mudança de cálculo — por parte do governo — da conta de chegada da receita e da despesa da União. Isso teria como objetivo adequar o País à metodologia aplicada na Europa e nos Estados Unidos. Por essa fórmula, saem da conta os déficits das empresas estatais. E entram na coluna de receitas os recursos arrecadados com a privatização de empresas. Pina admite que o impacto dessa medida teria a capacidade de reduzir o déficit dos 5,8% previstos no final de 1998 para algo em torno dos 5%.

DESEMPENHO

O Brasil foi o único
país emergente que remeteu

US\$ 6 bi

ao exterior em lucros
e dividendos em 1997